



POLÍTICAS ALIMENTARES OU POLÍTICAS NUTRICIONAIS?

Posted on 16/09/2019 by Maria João Gregório and Pedro Graça

Category: [Artigo](#)

Políticas alimentares ou Políticas nutricionais? Será necessário distinguir estes conceitos?

Refletimos neste texto sobre o conceito de política nutricional e política alimentar. Estaremos a utilizar de forma imprecisa os termos “políticas nutricionais” e “políticas alimentares”? A sua utilização de forma indiscriminada e como sinónimos é cada vez mais frequente.

Nunca se falou tanto de políticas de alimentação e nutrição como hoje. Podemos mesmo dizer que vivemos um período histórico nesta área. Mas este momento histórico, em particular o reconhecimento político da necessidade de implementar estratégias nesta área, não é o resultado do acaso. Reflete a necessidade de intervir com urgência num problema de difícil resolução (a alimentação inadequada da maioria da população) e, por outro lado, o acumular de evidência que sugere a possibilidade de modificar comportamentos populacionais a partir de modificações ambientais, quer sejam medidas legislativas ou medidas no âmbito da educação. Reflete também o impacto económico da alimentação inadequada e a insustentabilidade dos sistemas públicos de saúde se os padrões de consumo alimentar se mantiverem como estão agora.

Esta perceção da necessidade de pensar o conceito de intervenção política na área do consumo alimentar tem sofrido um processo evolutivo ao longo do tempo. A base de pensamento para a definição do conceito política de alimentação e nutrição que aqui apresentamos e refletimos tem como referência as definições de dois autores que marcaram conceptualmente a história das políticas de alimentação e nutrição a nível europeu e nacional. Para o contexto europeu, referimo-nos a [Elisabeth Helsing](#) e a nível a nacional [Gonçalves Ferreira](#), o pai das políticas de alimentação e nutrição e que esteve na génese da FCNAUP nos anos 70.

Em 1978, Gonçalves Ferreira, definia política de alimentação e nutrição como “conjunto de medidas que têm em vista pôr à disposição da população os alimentos de diversos tipos de que esta

necessita e assegurar o seu consumo regular pelos indivíduos, procurando instituir ou manter hábitos corretos de alimentação racional ao longo da vida" e Elisabeth Helsing, em 1997, como um ["conjunto concertado de ações destinadas a melhorar o estado nutricional das populações"](#).

As primeiras estratégias nesta área, muitas delas surgidas na Europa após a II Grande Guerra Mundial, na década de 40 do século passado, tinham como objetivo central garantir um fornecimento suficiente de alimentos para toda a população e foram por isso designadas por muitos autores como "políticas alimentares". Eram políticas de base agrícola com a intenção de aumentar a produção de bens alimentares considerados essenciais e de valor acrescentado para a cadeia produtiva como por exemplo o leite ou a carne. Elisabeth Helsing, com a tónica da valorização da "nutrição" e da saúde, propôs uma nova designação para estas primeiras políticas de alimentação e nutrição, às quais chamou "políticas nutricionais quantitativas".

Nas décadas de 60 e 70 - Um novo paradigma nas políticas nutricionais

Só mais tarde, nas décadas de 60 e 70 do século passado, em resultado do aumento da prevalência das doenças crónicas e da investigação na área das ciências da nutrição, que começou a priorizar uma possível associação entre um consumo alimentar inadequado e o risco de desenvolvimento destas doenças, [surge o conceito de "políticas nutricionais" ou de "políticas nutricionais qualitativas"](#), assim denominadas por Elisabeth Helsing. Mas é sobretudo na [Conferência Mundial de Alimentação](#), em 1974, que as políticas nutricionais, com objetivos específicos de saúde, ganharam expressão, através das propostas apresentadas pelos conferencistas nórdicos.

Durante este período (década de 60 e até meados da década de 70 do Séc. XX) parecia existir uma diferenciação marcada entre as "políticas nutricionais quantitativas" ou "políticas alimentares" e as "políticas nutricionais qualitativas" ou "políticas nutricionais", começando a ser notórias as divergências entre os objetivos das políticas agrícolas e as recomendações nutricionais que, entretanto, ganhavam forma. Se por um lado, as "políticas nutricionais quantitativas" visavam dar resposta às necessidades dos países mais pobres e em desenvolvimento na tentativa de garantir uma suficiente disponibilidade alimentar, as "políticas nutricionais qualitativas" começavam a ser discutidas no seio dos países mais desenvolvidos com o objetivo de melhorar o estado nutricional e de saúde das populações, tentando moderar ou até reduzir a ingestão de alguns nutrientes.

Para além deste debate, que ainda hoje perdura, iniciamos em 1997, em Portugal e no então ISCNAUP, o ensino daquilo a que chamamos ainda hoje "Política Nutricional" como corpo autónomo de ensino. Ou seja, uma área curricular própria que, entretanto, foi crescendo e mais tarde alargada a todas as instituições de ensino superior que lecionam Ciências da Nutrição em Portugal e que nos diferencia, inclusive de outros países europeus. Fruto desta discussão, em 2013, elaboramos um [documento de consenso sobre aspetos pedagógicos e éticos da formação na área da "política nutricional"](#). Desta forma, integramos na discussão das políticas públicas na área da saúde a visão do nutricionista e o seu conhecimento da relação entre os nutrientes e a saúde humana.

2012 - Marco histórico para as políticas de alimentação e nutrição em Portugal

Contudo, em Portugal, após as primeiras propostas de Gonçalves Ferreira na década de 70, só em 2012, num artigo intitulado "[Evolução da política alimentar e de nutrição em Portugal e suas relações com o contexto internacional](#)" voltamos a discutir aprofundadamente esta questão em Portugal como tema central da política pública. Utilizamos neste artigo o termo "política alimentar e de nutrição", o qual definimos como "um conjunto concertado e transversal de ações destinadas a garantir e incentivar a disponibilidade e o acesso a determinado tipo de alimentos tendo como objetivo a melhoria do estado nutricional e a promoção da saúde da população". A junção do termo alimentar e nutricional na definição de uma política, que aqui apresentamos, relaciona-se com o resultado que a intervenção sobre a componente alimentar (tendo por base o conhecimento nutricional) pode ter na modelação da ingestão e do perfil nutricional das pessoas à qual se destina. Desta forma integra-se também o sector agroalimentar que se deverá alinhar com as questões da nutrição e saúde na busca de soluções alimentares mais sustentáveis e saudáveis.

A nível internacional a terminologia utilizada nos diversos documentos estratégicos segue também este modelo, em particular os países que apresentam uma longa tradição de intervenção nesta área. A Noruega utiliza a designação "[Norwegian Nutrition and Food Policy](#)", destacando a importância de uma abordagem integrada para um problema de saúde pública. Também o Brasil segue este modelo, com a sua "[Política Nacional de Alimentação e Nutrição \(PNAN\)](#)". Por último, a junção do termo alimentar e nutricional também se verifica nos documentos estratégicos da OMS, sendo o mais recente plano da OMS Região Europa designado por "[European Food and Nutrition Action Plan 2015-2020](#)".

Também em 2012, na construção do Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) e na sua definição programática como a primeira estratégia nacional na área da política alimentar e nutricional, fomos um pouco mais longe ao identificar que "uma política de alimentação e nutrição com a consequente melhoria do estado nutricional dos cidadãos tem um impacto direto na prevenção e controlo das doenças mais prevalentes (cardiovasculares, oncológicas, diabetes, obesidade...) mas também deve permitir, simultaneamente, o crescimento sustentável e a competitividade económica do país em outros sectores como os ligados à agricultura, ambiente, turismo, emprego ou qualificação profissional". Ou seja, a visão da nutrição na formulação de uma estratégia para modelar o consumo alimentar de uma população necessita de um forte conhecimento nutricional, que é claramente matricial, e da integração de várias áreas do conhecimento desde a produção agrícola até ao ambiente e economia.

Assim e de forma resumida, poderemos dizer que os conceitos de "política nutricional" e de "política alimentar" não são intersubstituíveis pois representam campos próprios e ideologicamente até diferenciados, de certa forma. São campos que podem e devem ser integrados aquando da

definição de estratégias políticas nesta área, representando objetivos finais mais tangíveis (alimentares) e menos tangíveis (nutricionais) e visando uma abordagem de intervenção integrada para a resolução de um problema complexo.

Por outro lado, o conceito de “Política Nutricional” como área de formação curricular dos Nutricionistas deverá continuar a permitir a estes profissionais conhecer e apoiar tecnicamente a tomada de decisão política e de medidas públicas de intervenção de base populacional na área da nutrição baseado na melhor evidência científica.

Conflito de interesses

Pedro Graça foi coordenador da Plataforma Contra a Obesidade durante o período de 2009 a 2011 e criou o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável da DGS, o qual dirigiu durante o período de 2012 a 2018.

Maria João Gregório é Diretora do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (2019 até ao presente).

Ambos os autores ensinam Política Nutricional na **FCNAUP**.

PS – Este texto é também em memória de **Elisabet Helsing** que faleceu este ano e que foi uma das pessoas que a nível europeu, desde praticamente a Conferência de Roma em 1974, defendeu a necessidade de políticas europeias na área da alimentação e nutrição.